



Do capitalismo industrial ao pós-industrial Reflexões sobre trabalho e educação

From industrial to post-industrial capitalism Reflections on labor and education

Ivete Keil
ivetek@hotmail.com

Resumo: A história da sociedade ocidental na perspectiva da educação está intimamente ligada às grandes transformações do mundo do trabalho. Na sociedade rural, o saber passava de uma geração à outra na própria experiência vivida. O modo de agir e de pensar, portanto, era muito mais uma herança familiar e comunitária do que nos dias de hoje, em que existe maior diversidade de influências. A sociedade industrial, pressionada pela necessidade de trabalhadores com competência para trabalhar nas máquinas, portanto, com saberes específicos e disciplina de fábrica, abriu a escola para as classes pobres. Estes a inseriram em seus projetos. Na sociedade pós-industrial, onde a hegemonia do trabalho imaterial necessita de um trabalhador intelectual criativo, as exigências ao nível da educação passam a ser outras. Em todos esses tempos, contra as perversidades do capitalismo, as populações tiveram que produzir espaços de resistências e de insurreições. Neste texto, pretendo abordar essas questões. Para tanto, haverá nele dois movimentos: no primeiro, no limite de um artigo, farei uma incursão nas transformações do mundo do trabalho tendo em vista as sociedades industrial e pós-industrial; no segundo, tentarei entender as necessidades gerais da educação para o novo contexto.

Palavra-chave: educação, trabalho, capitalismo pós-industrial.

Abstract: From the perspective of education, the history of Western society is intimately linked with the major transformations in the world of labor. In rural society, knowledge was passed on from one generation to the next in lived experience itself. Thus, people's way of acting and thinking was a family and community legacy to a much greater extent than it is today, when there is a greater diversity of influences. Since industrial society needed workers with the necessary competence to operate the machines – i.e., with specific knowledge and shop floor discipline –, it opened up the school to the poor. The latter included it in their life project. In post-industrial society, where the hegemony of immaterial labor requires a creative intellectual worker, the demands in terms of the level of education or training have changed. During all these periods, people had to create spaces of resistance and insurrection against the perversities of capitalism. This paper discusses these issues in two steps. In the first one it examines the transformations in the world of labor in relation to industrial and post-industrial society. In the second it tries to understand the general educational needs for the new context.

Key words: education, labor, post-industrial capitalism.

É desastrosa a noite em que todos os gatos são pardos – ela sempre nos confunde.

O mundo do trabalho

As sociedades ocidentais passaram ao longo de sua história por transformações importantes definindo diferentes modos de produção. Evidentemente, cada uma ao seu ritmo. Ou seja, as sociedades passaram da produção rural para a industrial e da industrial para a pós-industrial.¹ Algumas vivem um paradoxo. Por um lado, continuam com alta produção agrícola, por outro, desenvolvem indústrias e tentam, também, entrar na dinâmica do trabalho imaterial. Assim, alguns países convivem, ao mesmo tempo, com a sociedade rural, industrial e pós-industrial. O Brasil é um deles.

A primeira revolução começa na Europa em meados do século XVIII, e, ao longo do século XIX, a sociedade agrária (com 7 mil anos) dá lugar à sociedade industrial (que durará 200 anos). O ritmo da vida deixa de ser controlado pelas estações do ano, tornando-se mais dinâmico. Sob o ponto de vista econômico, inicia-se a modernidade. A Inglaterra deixa, por primeiro, a economia agrária e artesanal para entrar na era industrial, a Alemanha e a França em seguida, e depois outros. As sociedades estamentais se transformam em sociedades de classes, isto é, o poder passa das mãos dos proprietários de terra (aristocracia rural) para as mãos dos proprietários dos meios de produção industriais (burguesia industrial). Evidentemente, essa passagem não foi simples. Foi um tempo de inquietações até que os contornos da nova sociedade se mostrassem definidos.

A sociedade industrial nasce com o iluminismo. Isso tem duas consequências imediatas: a recusa das explicações mítico-religiosas dos fenôme-

nos naturais e a recusa do campo das emoções. O iluminismo coloca a racionalidade no centro, e a indústria se *aproveita* disso. O trabalho, e as novas relações que o organizam, adquire centralidade na consciência, no pensamento e na imaginação de toda a população. Desempenha, pois, uma função socialmente identificada e normalizada na produção e reprodução do social (Gorz, 1997, p. 25). O trabalho, nesta fase do capitalismo, tem uma enorme força de socialização, de normalização e de estandardização – reprimindo ou limitando a invenção, a criação, a autodeterminação individual ou coletiva de necessidades e de novas competências (Gorz, 1997, p. 15). Bem entendido, sendo específico ao capitalismo industrial, trata-se do trabalho como negação do seu sentido antropológico ou filosófico. Nele, a sensibilidade e o corpo do trabalhador são reduzidos ao utilitário, e ele perde o sentido de realização de si.

Acontece que, nesses países, houve uma transformação profunda no sistema de trabalho, passando da hegemonia da produção de bens rurais para a hegemonia de bens industriais (produzidos em larga escala). As consequências na estrutura da sociedade foram extremamente significativas. Em grande medida, modificam-se as instituições políticas, sociais e econômicas. No plano do sujeito, apesar da sociedade industrial exaltar sua liberdade e emancipação, observa-se que, com a industrialização, o trabalhador perde o conhecimento e o controle sobre o processo produtivo. Nesse processo de alienação, antes de serem criadas as condições necessárias para a formação da individualidade, produz-se um corpo dócil e homogeneizado. Tudo graças ao sistema disciplinar que caracteriza o período.

Observa-se que o poder se movimenta em consonância com as trans-

formações das sociedades. Ora, na sociedade feudal o poder era do tipo soberania. Nele, a individualidade permaneceu abaixo do limite da descrição (Foucault, 1975). A crônica sobre um homem, um relato sobre sua vida era um processo de heroificação. A sociedade disciplinar (sociedade industrial) mudou essa relação. A descritibilidade passou a ser uma forma de enquadramento disciplinar e não mais de prestígio. Ou seja, a disciplina marca o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo da individualização (Foucault, 1975, p. 157). Além disso, a disciplina fixa o corpo num espaço e no ritmo de um tempo. O tempo e o espaço da fábrica.

Para se ter uma idéia, o artesão, antes da industrialização, trabalhava em média quatro horas por dia; a sociedade industrial inventou longas jornadas de trabalho que iniciavam na madrugada e terminavam somente no final da tarde. Este esforço pelo trabalho foi produzido, por um lado, através da produção de um imaginário moral sobre ele, por outro, através das punições – copiadas do modelo judiciário. Na verdade, há uma penalidade – perpétua – que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares (fábrica, escola, hospital, prisão, família), comparando, diferenciando, hierarquizando, homogeneizando, normalizando (Foucault, 1975, p. 169). A idéia que está no bojo deste processo é excluir aqueles que estão fora do padrão estabelecido pelo poder dominante, produzindo um trabalhador identificado como parte da maquinaria, seu apêndice.

A sociedade industrial, com sua produção em massa, foi possível por causa do avanço tecnológico, mas também organizacional. Neste sentido, a disciplina foi essencial. Embora

¹ Bell, J. utilizando o esquema evolutivo em três níveis, designa três fases constitutivas da sociedade ocidental: 1) extrativa pré-industrial, 2) industrial-fabricação e 3) pós-industrial-informação. The social framework of the information society, Mimeo.

não se possa identificar com uma instituição nem com um aparelho, por ser um tipo de poder, a disciplina ficou a cargo das instituições, e a fábrica foi uma delas. Serviu para produzir corpos submissos e exercitados para o trabalho. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos de política de obediência) (Foucault, 1975, p. 120). O que ocorre é o aumento de uma aptidão e o aprofundamento da dominação. Assim, toda a sociedade industrial entrou no ritmo do trabalho, passando a ser ele o eixo identitário em torno do qual as identidades foram sendo produzidas. Este modelo foi relevante para desenvolver a riqueza em alguns países ditos desenvolvidos. Portanto, o acúmulo de riqueza e de conhecimento determinou a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial.

As características da sociedade pós-industrial são distintas das sociedades anteriores. No plano do poder, observa-se que o poder passa das mãos dos proprietários dos meios de produção de bens materiais, portanto, da indústria, para as mãos dos proprietários dos meios de produção de bens imateriais. Isso significa a passagem de um tipo de poder a outro. A sociedade industrial ou moderna precisou do poder disciplinar, a sociedade pós-industrial ou pós-moderna (sociedade do conhecimento e da informação) precisa de uma pessoa criativa, não mais fixa num espaço e no ritmo das máquinas, como anteriormente. O poder agora opera pelo controle, sem perder, é claro, sua dimensão disciplinar.

Observa-se, portanto, que a indústria não produziu apenas produtos em série, mas comportamentos. Princípios e comportamentos, entre eles, como vimos, a padronização e a raci-

onalidade (fechada), mas também a objetividade e a especialização. Cada trabalhador efetua diariamente a mesma tarefa milhares de vezes. Tudo na sociedade industrial se realiza em escala industrial: na fábrica, na escola, na prisão, no hospital, na família... Claro que a sociedade industrial foi capaz de grandes progressos: urbanização, comunicação em massa, avanço da tecnologia, democratização da educação²... – e, foi capaz, também, de gerar a sociedade pós-industrial. Na sociedade pós-industrial, as máquinas, cada vez mais inteligentes, substituem grande parte da massa operária, dos trabalhadores do comércio...

Ambas, a sociedade industrial e a pós-industrial, são sociedades capitalistas e implicam uma relação que compreende quem explora e quem é explorado, quem ordena e quem é ordenado, quem subordina e quem é subordinado. As transformações do capitalismo provocadas pelas lutas populares, pelo desenvolvimento de novas tecnologias, pela ruína do Segundo Mundo etc. apontam para uma nova situação histórica de transformação entre o moderno e o pós-moderno. Claro, muitos são os pontos que devem ser conectados para se compreender a passagem de um modo de produção a outro.

Seja como for, observa-se que o novo contexto possibilita a invenção sem limites e exige uma pessoa coletiva e mais livre. O capital não oferece mais o instrumento do trabalho, como anteriormente o fazia, mas depende da apropriação do conhecimento. O que está ocorrendo, portanto, é uma grande mudança no quadro paradigmático do trabalho e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.

Na sociedade pós-industrial, não se produzem bens materiais em larga

escala, como na sociedade industrial, mas bens imateriais (serviço, informação, estética...). Nesse processo, pelas mesmas razões por que a sociedade industrial não poderia dispensar os bens agrícolas (apenas pôde re-organizar o modo de produção com máquinas, adubos químicos e pesticidas), a sociedade pós-industrial não pode dispensar os bens industriais. Não pode dispensar os carros, nem os eletrodomésticos. O que a sociedade dispensa são os trabalhadores: a sociedade industrial dispensou grande parte dos trabalhadores agrícolas, a sociedade pós-industrial dispensa grande parte dos operários, dos gerentes, dos dirigentes, enfim, dos trabalhadores industriais.³ Como se pode observar passamos da sociedade rural à sociedade industrial e desta para a pós-industrial. Este processo, em todos os níveis, apresenta importantes conseqüências.

Os novos tempos geram novos comportamentos, novos princípios, novos valores e novas necessidades. Sem dúvida, sempre que aparece uma nova configuração do tecido histórico, tem-se uma mudança na perspectiva epistemológica. Com isso, a visão sobre os fatos, sob o ponto de vista prático, é modificada. Hoje, os novos paradigmas trazidos pelo capitalismo cognitivo, sob o qual tem lugar a sociedade pós-industrial – mais ligados ao intelecto, à ética, à estética, às emoções, à desestruturação do tempo e do espaço, à racionalidade plural – exigem a produção de novos modos de compreensão da realidade, ou seja, de uma nova educação.

A educação é uma enorme questão a enfrentar nos dias atuais. Na verdade, trata-se de um grande desafio, na medida em que é necessário e urgente encontrar um modo de desenvolver novas correntes de racio-

² Claro que a democratização do ensino é um ato reformista, por não se referir à educação popular.

³ Para aprofundar essa questão, consulte Domenico De Masi. 1999. *A Sociedade Pós-Industrial* (organizador) São Paulo: Senac, 444.

cínio, novas formas de pensar a vida, a sociedade, o trabalho, o tempo livre... – em perspectivas mais criativas e inventivas. Não se trata apenas de realizar pequenas aparas, mas, sim, de elaborar grandes transformações. Diferentemente do que dizem alguns, o eixo dessas transformações continua sendo o trabalho. Não mais na sua forma material, mas imaterial. Trabalho que exige o desenvolvimento de aptidões distintas daquelas exigidas na sociedade industrial, sobretudo, aptidões ligadas ao intelecto.

A propósito da educação

Na sociedade agrária, somente a elite tinha acesso ao ensino. Na sociedade industrial, como requisito ao mundo do trabalho industrial, a educação formal foi democratizada, passando a atender diferentes classes sociais e faixas etárias. Neste período, a educação teve uma perspectiva disciplinar e, além de docilizar o corpo, ensinar ritmo e organização para o trabalho, visava ao controle dos desejos. Evidentemente, o capitalismo industrial estava a exigir um comportamento técnico-burocrático voltado à indústria e à lógica do mercado. Com isso, produziu uma subjetividade-padrão, inibindo a capacidade criativa. De fato, o objetivo era fazer o maior número de coisas no menor tempo possível. Na sociedade pós-industrial, era da informação e do conhecimento, na qual o trabalho é realizado por máquinas e computadores, a educação deve influenciar a produção de subjetividades inventivas, isto é, subjetividades *pensantes* com idéias criativas.⁴ Ela expressa uma forte tendência em acompanhar todo o curso da vida das pessoas, não apenas como elemento de ingresso e continuidade no exercício do trabalho heterônomo,

mas também como condição de cidadania ampliada (Pochmann, 2006).

A passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, para Castells, sociedade *intensiva* de conhecimento (1997), designa um período de dificuldades e sinaliza uma ruptura de equilíbrio quer na perspectiva social, individual, cultural ou econômica. O pensamento abandona sua predominância linear, tornando-se muito mais complexo e se estruturando, predominantemente, em rede. O pensamento em rede (com seu largo fluxo de idéias) traz um enorme potencial cognitivo relativista, mas, também, exige o desenvolvimento de uma “ética comum da responsabilidade” (Negri, 2000).

Toni Negri (2005) afirma, no debate com Marilena Chauf, que estamos na época do *General Intellect* e, nela, a cooperação produtiva não é imposta pelo capital, mas é uma habilidade da força-trabalho imaterial, do trabalho mental que só pode ser cooperativo. Para o filósofo, a chave da acumulação é o próprio *General Intellect*. Seja como for, na sociedade do conhecimento, da força-trabalho desmaterializada, os que não possuem as habilidades para tratar a informação ou não têm os conhecimentos que a rede valoriza ficam totalmente excluídos. Fossos e diferenciações profundos entre grupos humanos estão sendo aceleradamente abertos e expandidos.

Na prática, a sociedade pós-industrial gera uma enorme quantidade de informação. A informação precisa do conhecimento para ser aplicada e perder sua inutilidade. Portanto, é a capacidade de pensar o ponto diferenciador entre as pessoas e as sociedades. Cabe à educação o desenvolvimento da capacidade de pensar – investida como possibilidade de entrada na esfera da emancipação individual e coletiva e na

esfera do trabalho imaterial. Todavia, a educação no Brasil, presa ainda nos ditames da sociedade industrial, não está adequadamente conectada com as transformações e valores da sociedade contemporânea, razão pela qual não está conseguindo preparar adequadamente as crianças e os jovens. Para estar no seu tempo, ela (a educação), qualificada em bases histórico-sociais, portanto, politizada, terá que produzir espaços visando à produção de idéias (espaços produtores de idéias). Convém insistir, mais uma vez, que o trabalho imaterial depende da criatividade, do pensamento plural e da racionalidade aberta.

Milton Santos observa que estamos diante de outra cognoscibilidade no planeta. Neste horizonte, constata o geógrafo, o conhecimento deve nascer no interior da crítica, sem abstrações alienantes, sem incompletudes que possam dar margem a falsas compreensões a respeito de direitos, justiça, liberdades, nutrido a *desinteligência* de setores da população e encobrindo a razão das desigualdades sociais (Santos, 2000). É preciso, pois, reconhecer este momento, suas peculiaridades e, sobretudo, as possibilidades que ele traz em seu bojo. Aproveitar as possibilidades significa um esforço em direção às atividades intelectuais ligadas à raridade, à inovação. Os elementos inovadores é que serão capazes de produzir valor.

Ora, a mudança do quadro paradigmático da sociedade, isto é, a passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, implica a morte de algumas formas de trabalho, emprego e carreiras. Essas esferas passam, efetivamente, por um importante processo de mutação. O fim da sociedade industrial concretiza o fim da sociedade salarial e exige outras formas de composição econômica. Um aspecto importante

⁴ Nos Estados Unidos a indústria emprega atualmente, segundo Marcio Pochmann, apenas 13% do total dos ocupados e o setor agrário apenas 5%.

é o maior valor atribuído ao conhecimento, à cultura, à arte, à estética, ao lazer impondo novos campos de trabalho e carreira. No contexto pós-industrial, a força produtiva depende das forças intelectuais e científicas do trabalhador. O capitalismo cognitivo precisa extrair a mais valia captando os fluxos sociais do trabalho cognitivo – o trabalho continua como *trabalho explorado* com um agravante: a cidadania aparece cada vez mais fortemente articulada à capacidade de consumo.

Pois bem, esta época cognitiva exige uma educação que, evidentemente, está sendo (ou está para ser) inventada. No processo de invenção, alguns pontos são essenciais e devem ser considerados. De saída, não se pode esquecer que a educação deve qualificar, crianças e jovens, para a vida futura. Neste sentido, sobretudo, dois pontos aparecem na cena do debate: o primeiro refere-se à educação ligada ao processo emancipatório; o segundo refere-se à educação ligada ao trabalho (material e imaterial). Em outros termos, liberdade e trabalho combinados com a vida em coletivo. O que proponho é um certo desaparecimento das fronteiras entre o político e o social, a produtividade e a ética da vida.

O primeiro ponto engloba dois movimentos fundamentais, isto é, resistência e insurgência. Ambos apontam para a educação política e para a educação politizada. As pessoas devem saber recusar tutelas e privilégios e tomar em suas próprias mãos a defesa de seus direitos, interesses e desejos. Nesta perspectiva, será necessário dar um passo maior do que o fez a sociedade industrial, isto é, a educação deve possibilitar que a sociedade compreenda as relações de força em seu conjunto e,

assim, possa resistir à exploração e à exclusão socioeconômica e, ao mesmo tempo, possa se insurgir, de algum modo, buscando a elaboração de novas idéias e de novos comportamentos através de dispositivos de cooperação que se formam e se estendem pelo tecido social.

Para avançar nestas questões, será útil pensar no conceito espinosista de afetação, pois a subjetividade é o resultado de um conjunto de relações. A configuração do sujeito emancipado, portanto, aparece mediante processos de aprendizagem – através dos quais são retirados os véus da ignorância. Sabemos todos que os movimentos de resistência e de insurgência fazem avançar o âmbito dos direitos, porque apontam não somente para a esfera política pura, mas também para a esfera ética e cultural.

Resistência e insurgência dizem respeito aos políticos, aos profissionais da educação, aos pais, aos estudantes, enfim, a todos os interessados em transformar a sociedade brasileira na perspectiva de interesses e desejos coletivos. A sociedade industrial teve a educação como um dos seus mecanismos de controle social.⁵ Nesse período de transição para a sociedade pós-industrial, mais do que nunca, observa-se o aparecimento de múltiplos poderes e espaços de poder antagônicos. Este antagonismo, tendência da sociedade pós-industrial, abre brechas nas quais as relações de força podem gravitar em torno da ética comum da responsabilidade. Ou, pelo menos, expandir e aprofundar sua gravitação em torno deste eixo. Isso significa aproveitar a situação na qual os signos, confiados ao trabalho vivo (que constitui a forma criadora na sociedade), estão em descontrole. Ou seja,

o campo criativo do significado está corroendo a possibilidade de um controle absoluto sobre as linguagens (Negri, 2005).

Com efeito, o controle exercido pelo poder dominante está enormemente prejudicado em seu equilíbrio. Aliás, nenhum poder hoje pode controlar as linguagens, uma vez que, mais do que simples instrumentos de comunicação, elas são imediatamente produtivas. As multidões resistem e se insurgem, seguindo dinâmicas moleculares, reivindicando diferenças, experimentando cruzamentos e hibridações, forçando o poder a admitir seus limites. Essa dinâmica abre enormes espaços de emancipação coletiva. A educação pode explorar estes espaços, criar outros e caminhar para o equilíbrio entre a liberdade e a ordem.

O segundo ponto, isto é, a educação ligada à esfera do trabalho, abarca não apenas a atividade produtiva, mas a integra a motivos ontológicos. O projeto do capitalismo pós-industrial e cognitivo é a modificação do quadro paradigmático do trabalho, constituído doravante por uma quantidade de conhecimento suportado e posto em produção pela “intelectualidade de massa” (Negri, 2005). A força produtiva nasce dos sujeitos, se materializa e se organiza na cooperação. Isso significa que o trabalhador terá que ser mais criativo, ter capacidade de inovação, domínio de informações e tecnologias, capacidade analítica, capacidade de interação e cooperação. Entretanto, no Brasil, a educação contemporânea ainda não está consoante com o mundo do trabalho.

O alto índice de desemprego de trabalhadores escolarizados e a relativa facilidade de empregos para os trabalhadores do chamado setor de ponta, particularmente os que estão

⁵ Ao educador é dada a tarefa da divulgação e da reprodução ideológica. Esta tarefa está condicionada pelas relações de poder, pelo grau de polarização política e pelo nível de organização dos movimentos sociais. Portanto, a insurgência e a resistência revelam um importante grau de politização por parte daquele que resiste e/ou se insurge.

inseridos nos segmentos nobres das empresas multinacionais, são emblemáticos dessa realidade. Pois, movida pelo capitalismo pós-industrial, a sociedade salarial se transforma colocando populações, antes incluídas, em zonas de precariedade econômica e social, ou seja, há um forte processo de desqualificação social em movimento. Este processo atinge não apenas os pobres, mas populações economicamente favorecidas – redefinindo seu *status* social. Observa Dominique Schnapper, referindo-se ao século XX: o desemprego é a gangrena do século (Schnapper, 1991), razão pela qual está se constituindo uma nova pobreza.

Ora, o pensamento liberal dominante, base do capitalismo pós-industrial, tem um caráter fortemente excludente. Nele, o que conta são as competências individuais. No caso do Brasil, observa-se que a grande maioria dos trabalhadores está despreparada para a competitividade exigida pelo mercado, portanto, sem possibilidade imediata para se integrar no novo padrão de competência. Com efeito, os padrões de competência que a escola brasileira de hoje promove não correspondem aos exigidos pelo mercado, pois a escola ainda tem como base as necessidades impostas pelo capitalismo industrial, submetendo o conjunto dos processos educativos escolares ao imediatismo da formação técnico-profissional dura. Isso está acontecendo apesar das demandas exigirem novas competências. Para países como o Brasil, a educação é a única saída para superar o atraso tecnológico e entrar com autonomia na economia global.

Os dois pontos, isto é, a educação ligada ao processo emancipatório e a educação ligada à esfera do trabalho, em termos de desenvolvimento de habilidades necessárias (mas também de compreensão da exploração pelo capital), produzem uma

única realidade que conduz ao engajamento na luta e na construção de uma nova sociedade muito mais democrática, pois rompe com o bloqueio da participação e do autogoverno da população brasileira. Bloqueio, diga-se de passagem, produzido pelo pacto liberal. Numa perspectiva otimista, observa-se, por um lado, a possibilidade de livrar o trabalho da exploração, por outro, a possibilidade de capacitar novas forças de trabalho que criam o mundo na perspectiva do bem comum. Certamente, as possibilidades dos trabalhadores, dos oprimidos se recomporão em novos termos.

Palavras finais

O capitalismo pós-industrial exige enormes investimentos em tecnologia e competência neste campo, assim como investimentos em bens e serviços de maior valor agregado. Os países que não desenvolvem investimentos nessas áreas não poderão gerar postos de trabalho com qualidade (ótima e boa) e remuneração condizente. Nesta perspectiva, para as pessoas não ricas desses países apenas resta o trabalho precário e de execução, longas jornadas de trabalho, baixa remuneração e desemprego. Trabalhos precários e desemprego significam humilhação, constrangimentos, dessocialização e ameaçam o laço social. Com efeito, o capitalismo industrial conseguiu uma relativa integração social e estabilidade contratual pelo desenvolvimento econômico e pela promessa de pleno emprego. Nele, os mecanismos de redistribuição (ou a promessa de) funcionaram como instrumento de integração e luta contra o processo de exclusão. O capitalismo pós-industrial aumenta a pobreza existente, produz uma nova pobreza, não consegue assegurar os empregos e tenta destruir (e destrói) as conquistas populares que força-

ram a criação do Estado de bem-estar e, assim fazendo, coloca em risco o pacto social. A estabilidade contratual da sociedade contemporânea somente estará assegurada pela sua capacidade de gerar bons postos de trabalho. No Brasil, o aumento da violência urbana e a geração de um Estado paralelo são prova disso.

Ora, como vimos discutindo, os acontecimentos contemporâneos são consequência da racionalidade econômica que se mostra no paradoxo dos elevados ganhos de produtividade e da crescente precarização do trabalho e declínio do padrão econômico dos trabalhadores. A grande competição globalizada no mundo capitalista produz, de um lado, os fluxos migratórios (constituídos tanto pela mão-de-obra altamente qualificada como pela mão-de-obra sem qualificação) em busca de melhores condições, contribuindo para o aumento dessa baixa remuneração e precarização. E, de outro, o fluxo migratório das plantas empresariais em busca de trabalhadores a baixo custo, causando um alto índice de desemprego estrutural (empobrecendo enormemente grupos da população mundial, regiões e países). Embora esse nomadismo possa também ser visto, ao mesmo tempo, como o faz Negri, como insurreição, resistência e nova forma de luta em torno das relações de poder, cada vez mais mundializadas (Negri e Hardt, 2000).

Seja como for, não há uma perspectiva positiva imediata contra o projeto econômico imposto ao mundo pelo capitalismo pós-industrial. Com efeito, não se vislumbra nos dias de hoje uma reorganização positiva no universo do trabalho, ao contrário. Entretanto, o que está em jogo no jogo dos poderes é a inclusão/exclusão de pessoas, grupos, regiões e países. Sabemos todos que a exclusão socioeconômica é uma construção, um produto histórico de

mecanismos econômicos e sociais (não sendo, pois, resultante de atributos de uma pessoa isolada). Ela resulta da ausência de emprego durável que produz, por sua vez, a perda das relações sociais. Dubar é enfático ao observar que, para explicar a exclusão, é preciso interrogar a evolução das políticas de emprego, os funcionamentos do mercado de trabalho, mas também as transformações da família, das políticas urbanas, dos bairros periféricos que resultam da própria exclusão econômica. Para o sociólogo, não se pode compreender nada a respeito do tema sem uma profunda análise das instituições (incluindo a educação), da integração econômica (emprego/desemprego) e da filiação social (pertencimento a um coletivo) (Dubar, 1996).

Claro que a viabilização da inclusão socioeconômica no Brasil contemporâneo é possível, mas depende da resolução dos seus entraves. Isto é, depende dos interesses econômicos e políticos das elites dirigentes e da qualidade da educação desencadeada por esses mesmos interesses. A capacidade de conhecer permite acesso à produção e, por meio dela, às relações intersubjetivas e à continuidade da sociedade. Portanto, a educação formal (oferecida nas escolas) e informal (realizada pelo conjunto social), hoje, precisa desenvolver uma ontologia do ser imaterial inserido no trabalho imaterial.⁶ A pessoa (incluída) será, segundo alguns teóricos, social e coletiva e determinará o valor da produção. Isto é, o trabalho será organizado em formas comunicativas e lingüísticas, e o saber será, cada vez mais, cooperativo. Portanto, a produção vai depender das conexões e das relações que constituem o trabalho intelectual e lingüístico. Isso,

bem entendido, não põe fim à exploração capitalista, apenas a organiza de outro modo. Aliás, a expansão e o aprofundamento da exclusão socioeconômica são uma das tendências da sociedade pós-industrial.

Um projeto e execução de medidas positivas no campo da educação podem virar essa tendência. A educação (política e politizada) é reconhecidamente um elemento essencial na construção da sociedade, sobretudo, da sociedade calcada e estruturada sobre informação e conhecimento. Mas há urgência em reconfigurar o modelo educacional brasileiro. Ele deve projetar – para todos – um modelo que considere os espaços de conhecimento emergentes, abertos, de produção contínua, em fluxo e em rede, organizados em diálogo entre objetivos e realidade. A educação no Brasil pode influenciar a produção de subjetividades capazes de lidar com as coisas do mundo na perspectiva ética. Sabemos o quanto as pessoas precisam estar preparadas psicológica e eticamente para enfrentar as dificuldades produzidas em uma sociedade em transformação. Isto significa, na perspectiva profissional, uma formação que capacite a migração a campos diversos, segundo desejos ou necessidades, implicando, portanto, o desenvolvimento da capacidade de pensar. Capacidade de pensar, por sua vez, implicada na capacidade de lidar com as mudanças, com a instabilidade. Este é um desafio enorme; outro desafio para a educação diz respeito à emancipação. Em síntese: o grande desafio hoje para a educação, no Brasil, é difundir os valores democráticos e os valores republicanos tecendo com eles todas as relações de trabalho e afetivas, a fim de produzir uma socialidade, de fato, democrática.

Referências

- BELL, J. 1980. *The social framework of the information society*. Mimeo.
- CASTELLS, M. 1997. *The rise of the network society: The information age: economy, society and culture*. Oxford, Blackwell, 314.
- DUBAR, C. 1996. *Socialisation et processus*. Paris, Découverte, 250.
- FOUCAULT, M. 1975. *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 320.
- GORZ, A. 1997. *Misère du présent: Richesse du possible*. Paris, Galilée, 230.
- NEGRI, A. 2005. O comunismo da imanência. In: Debate com Marilena Chauí – promovido pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade e pelas pós-graduações em Psicologia Clínica e Filosofia da PUC-SP e Universidade Nômade. Mimeo.
- NEGRI, T. e HARDT, M. 2000. *Empire*. Paris, Exils, 80.
- POCHMANN, M. 2006. O trabalho em três tempos. *Revista Ciência e Cultura*, 54(4):160.
- SANTOS, M. 2000. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 230.
- SCHNAPPER, D. 1991. *L'épreuve du chômage*. Paris, Gallimard, 260.

Submetido em: 04/12/2006

Aceito em: 24/01/2007

Ivete Manetzeder Keil
Pesquisadora do Instituto Nacional de Direitos da Infância, Adolescência e Juventude – INDIAJ

⁶ Entre as definições do trabalho imaterial está a de Toni Negri: conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e movimentos sociais – que conduzem à produção.